



Laboreal

Volume 15 N°1 | 2019
Trabalho e cooperação

8 de março - Dia Internacional das Mulheres

8 de marzo - Día Internacional de las Mujeres

8 mars - Journée Internationale de la Femme

March 8th - International Women's Day

Simone Santos Oliveira e Lúcia Rotenberg



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/laboreal/1612>

DOI: 10.4000/laboreal.1612

ISSN: 1646-5237

Editora

Universidade do Porto

Referência eletrónica

Simone Santos Oliveira e Lúcia Rotenberg, « 8 de março - Dia Internacional das Mulheres », *Laboreal* [Online], Volume 15 N°1 | 2019, posto online no dia 01 julho 2019, consultado o 10 dezembro 2020.

URL : <http://journals.openedition.org/laboreal/1612> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/laboreal.1612>

Este documento foi criado de forma automática no dia 10 dezembro 2020.



Laboreal está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

8 de março - Dia Internacional das Mulheres

8 de marzo - Día Internacional de las Mujeres

8 mars - Journée Internationale de la Femme

March 8th - International Women's Day

Simone Santos Oliveira e Lúcia Rotenberg

NOTA DO EDITOR

Manuscrito recebido em: dezembro/2018

Aceite após peritagem: fevereiro/2019

- 1 O 8 de março como marco do movimento pela igualdade entre homens e mulheres
- 2 O Dia Internacional das Mulheres, 8 de março, se consolidou como data comemorativa dos esforços da luta do movimento feminista. Não foi instituído a partir de uma única data ou evento – ele é resultado da necessidade de comunicar uma luta ampla que permeou vários setores das sociedades ao longo das últimas décadas. Ampliar o entendimento histórico dessa data contribui para reconhecer o contexto político expresso pela confluência da luta das trabalhadoras, do movimento socialista e da luta feminista, assim como sua importância na atualidade.

1. Acerca da data

- 3 Recuperar a história do Dia Internacional das Mulheres possibilita evidenciar as difíceis discussões e embates da luta pela igualdade entre mulheres e homens, que se alinham às transformações estruturais da sociedade. Em geral, a origem da comemoração deste dia está associada ao incêndio da fábrica têxtil *Triangle Shirtwaist Company*, em 25 de março de 1911, no qual morreram 146 trabalhadores, sendo pelo menos 123 mulheres. Um incêndio que de fato existiu, marcando o movimento operário dos Estados Unidos,

mas cuja história não se vincula à proposição de um dia de luta das mulheres e, tampouco, à definição da data de sua comemoração (González, 2010; Bay, 2001).

- 4 Em 1910, durante a Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, realizada em Copenhague, Clara Zetkin, líder alemã do movimento, já havia proposto a criação de um dia internacional dedicado à luta das mulheres, sem definir uma data específica (Blay, 2001). O direito ao voto era a reivindicação central das mulheres em grande parte dos países no mundo e, em torno dele, a ideia da importância do dia se fortaleceu. No entanto, segundo alguns estudos, o que definiu essa data foram as manifestações das mulheres na Rússia, no dia 8 de março de 1917 (dia 23 de fevereiro, segundo o antigo calendário Juliano). A greve das operárias têxteis e a revolta das mulheres contra a escassez de alimentos foi o estopim da Revolução de Fevereiro de 1917 na Rússia.
- 5 Para lembrar a ação das mulheres na história da Revolução Russa, o Dia Internacional das Mulheres passou a ser comemorado de forma unificada no dia 8 de março. A decisão de unificação da data foi tomada na Conferência de Mulheres Comunistas, coincidindo com o Congresso da Terceira Internacional, realizado em Moscou, em 1921. Parte dessa história, entretanto, ficou esquecida durante vários anos.
- 6 Somente a partir da década de 1960, o Dia Internacional das Mulheres é retomado com destaque como data de luta do movimento. A existência de um dia comum tem um papel significativo de mobilização e a incorporação pela ONU, em 1975, do 8 de Março como data mundial contribui para isso (Bay, 2001). Portanto, quando novamente ganharam fôlego as comemorações, muitas versões são contadas, se confundem, se criam.

2. Produção e reprodução

- 7 Com os desafios e limites de cada época, o movimento feminista ganha envergadura quando entende que o modo de produção capitalista isola produção e reprodução, reduzindo o conceito de trabalho ao trabalho produtivo remunerado, excluindo assim toda a contribuição do trabalho social constituído no âmbito doméstico (Sorj, 2003).
- 8 Pode-se dizer também que a invisibilidade do trabalho social feminino se expressa em sua exclusão da contabilidade das riquezas de um país. O debate sobre o conceito de trabalho levou de fato à elaboração de um novo enfoque teórico das relações entre o trabalho feminino na esfera doméstica e a contabilidade nacional. Melo, Considera e Di Sabbato (2007), partindo da premissa de que o trabalho doméstico é essencial para o desenvolvimento da sociedade, propuseram aliás um exercício metodológico de cálculo do valor deste trabalho a partir de levantamentos estatísticos sobre o uso do tempo das populações.
- 9 Assim, em oposição ao argumento de que são esferas regidas por diferentes princípios, o feminismo argumenta que o trabalho produtivo remunerado e o trabalho social realizado pelas mulheres se articulam profundamente e, frequentemente, em seu prejuízo, já que o espaço doméstico, não raras vezes, influencia negativamente as oportunidades nas carreiras, as atribuições dos postos de trabalho e os salários das mulheres (Sorj, 2003).

3. A divisão sexual do trabalho

- 10 O conceito de divisão sexual do trabalho se refere não só à distribuição desigual de mulheres e homens no mercado de trabalho, mas remete a uma “diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 596). O movimento feminista deu visibilidade à exploração capitalista baseada na divisão sexual do trabalho e permitiu compreender melhor as relações de poder e de opressão que mantêm a desigualdade entre mulheres e homens, que se perpetuaram mesmo em sociedades que tentaram romper com a desigualdade de classes. Helena Hirata defende por isso que classe, raça e sexo são categorias indissociáveis, assim como trabalho profissional e trabalho doméstico (Hirata, 2018). Neste sentido, Danièle Kergoat é conhecida por ter realçado a complexidade do processo emancipatório em jogo, passando este não só por uma tomada de consciência de gênero, de classe e de raça, mas ainda por um processo de luta contra a exploração, a opressão e a dominação (Kergoat, 2010).
- 11 Um número significativo de estudos esteve particularmente atento aos efeitos diferenciados dessas dinâmicas sociais na saúde de homens e mulheres (Bercot, 2015). Diversas pesquisas, no âmbito da ergonomia e da sociologia, buscaram efetivamente romper com o modelo assexuado do trabalho, em que o masculino é apresentado como universal e as relações de gênero não são contempladas (Brito, 2005) - demonstrando a necessária indissociabilidade entre as análises das relações de trabalho e as de gênero, identificando os lugares que ocupam homens e mulheres na sociedade, e não naturalizando suas competências (Hirata & Kergoat, 2007).

4. As fases históricas do feminismo

- 12 As diversas fases do feminismo, usualmente denominadas *ondas*, não constituem um processo linear, mas podem ser vistas como coexistentes (Narvaz & Koller, 2006). A primeira onda faz menção à luta das mulheres pela igualdade de direitos, em especial ao movimento sufragista na França, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha. A segunda onda (1960-1970) se deu, particularmente, nos Estados Unidos, na busca de igualdade e denúncia à opressão masculina, e na França, com o argumento sobre a necessidade de dar visibilidade à especificidade da experiência das mulheres. A terceira onda (década de 1980) transita entre duas posições: a dos estudos que priorizam as mulheres, voltados para a teoria e política-militância feminista; e a dos estudos de gênero, nos quais a dimensão relacional é um pressuposto central (Scott, 1990).
- 13 O feminismo contemporâneo abarca os diversos campos de atuação humana assumindo, neste sentido, uma dimensão plural (Negrão, 2002; Fougeyrollas-Schwebel, Lépinard & Varikas, 2005). Assim, a passagem do século 20 para o século 21 corresponde a diversas modalidades de feminismos, cuja nomenclatura varia segundo os autores e a corrente teórica, assumindo denominações como, por exemplo, pós-feminismo, feminismo jovem, feminismo de poder ou ciberfeminismo (Coleman, 2009). Ao chamar a atenção para o papel essencial da internet como espaço para as ativistas feministas, Munro (2013) questiona se estamos testemunhando a quarta onda feminista.
- 14 Em paralelo às lutas feministas, a partir dos anos 1980, os meios de comunicação e empresas absorvem o Dia Internacional das Mulheres e acabam por transformá-lo em

mais um evento de venda de produtos: dia de flores, de homenagens, de presentes, baseados no reforço da feminilidade tradicional. Há inclusive uma investida antifeminista: jornais e revistas publicam artigos questionando o feminismo e suas mais caras bandeiras, como a busca da igualdade (González, 2010).

5. Hoje

- 15 Ao se tornar referência no mundo inteiro, o 8 de março tem um importante papel na visibilização do amplo movimento de mulheres e da luta por relações sociais igualitárias, tanto no mercado de trabalho quanto na família. Uma luta fundamental, tendo em vista a persistência das diferenças salariais, da violência doméstica e do feminicídio (entre outros graves problemas), e que deve ser travada também no campo do conhecimento. Como destaca Haraway (1995, p.16), “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”.
- 16 Com o 8 de março se afirma a autonomia e soberania das mulheres, chamando-se a atenção de que a igualdade entre os sexos é parte fundamental de todos os processos de transformação social. Portanto, o desenvolvimento da ótica de gênero nas pesquisas e intervenções – inclusive naquelas que tratam especificamente do trabalho – contribui para pensarmos novos modos de viver, mais solidários e equânimes.

BIBLIOGRAFIA

- Bercot, R. (2015). Gênero e mal-estar no trabalho. *Revista Ciências do Trabalho*, 4, 111-124.
- Blay, E. (2001). 8 de Março: Conquistas e Controvérsias. *Estudos Feministas*, 9 (2), 601-609. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200016>.
- Brito, J. (2005). Trabalho e Saúde Coletiva: o ponto de vista da atividade e das relações de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 879-890. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400012>.
- Coleman, J. (2009). An introduction to feminisms in a postfeminist age. *Women's Studies Journal*, 23(2), 3-13.
- Fougeyrollas-Schwebel, D., Lépinard, E., & Varikas, E. (Dirs.) (2005). Féminisme(s) Penser la pluralité. *Cahiers du Genre*, 39. Paris: L'Harmattan. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2006000300018>
- González, A. (2010). *As Origens e a Comemoração do Dia Internacional da Mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, SOF – Sempre Viva Organização Feminina.
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 07- 41.
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da Divisão Sexual do Trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37 (132), set./dez., 595-609.

- Hirata, H. (2018). Gênero, patriarcado, trabalho e classe. *Trabalho Necessário*, 16(29),14-27.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 86, 93-103.. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002010000100005>
- Melo H., Considera, C., & Di Sabbato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, 16(3), 435-454. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182007000300006>.
- Munro, E (2013). Feminism: A Fourth Wave?. *Political Insight*, 4(2), 22-25. <https://doi.org/10.1111/2041-9066.12021>.
- Narvaz, M., & Koller, S. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000300021>.
- Negrão, T. (2002). Feminismo no plural. In M. Tiburi, M. Menezes, & E. Eggert (Dirs.). *As mulheres e a filosofia* (pp. 271-280). São Leopoldo: UNISINOS.
- Scott, J (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2), 5-22.
- Sorj, B. (2003). Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In T. Godinho, & M.L. Silveira (Dirs.). *Políticas públicas e igualdade de gênero* (pp. 143-148). São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo.

AUTORES

SIMONE SANTOS OLIVEIRA

Fundação Oswaldo Cruz - Rua Leopoldo Bulhões 1480, Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil,
21.041-210
simone@ensp.fiocruz.br

LÚCIA ROTENBERG

Fundação Oswaldo Cruz - Av. Brasil 4365, Manguinhos, Pavilhão Lauro Travassos, Rio de Janeiro,
RJ, Brasil, 21.045-900
rotenber@ioc.fiocruz.br